

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.127 - MG (2019/0039130-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : I F DE S (PRESO)
ADVOGADOS : JULIANO GUEDES GARCIA - MG171049
GLEIDIMAR ALVES SOARES - MG178932
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **I F de S** contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado (fls. 156/163 – *Habeas Corpus* criminal n. 1.0000.18.117038-2/000/MG) – ao manter a prisão imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Uberlândia/MG, ao fundamento da ocorrência de trânsito em julgado da condenação pela conduta descrita no art. 217-A, na forma do art. 13, § 2º, ambos do Código Penal (estupro de vulnerável), à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 62/80 e 156/163).

Esta, a ementa do acórdão recorrido (fl. 156):

HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - NEGATIVA DE AUTORIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS - CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO - PLEITO PREJUDICADO - PEDIDO DE JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL - VIA IMPRÓPRIA.

- Transitada em julgado a decisão que condenou o paciente, não há que se falar em negativa de autoria, ausência dos pressupostos autorizadores da prisão, cabimento de medidas cautelares diversas da prisão e presença de condições subjetivas favoráveis.

- O *Habeas Corpus* não se mostra como via adequada para se requerer ação de justificação criminal, pois é instituto com assento constitucional que se destina à defesa da liberdade de ir e vir, não servindo como substituto de ações próprias previstas no ordenamento jurídico.

Aduz o recorrente que está inconformado com a sentença condenatória, pois a *sua enteada mentiu única e exclusivamente para acobertar o verdadeiro autor do crime explanado, qual seja, o estupro de*

vulnerável, portanto vem apresentar medidas que acha pertinente para demonstrar sua total inocência, corroborando para o fiel deslinde na busca da verdade real (fl. 173).

Sustenta que, em um dos seus acompanhamentos psicológicos a menor impúbere confessou um relacionamento amoroso com uma pessoa, mesmo com 11 anos, na época, o que pode ser confirmado pela própria mãe. Indo um pouco mais além, afirmou que mentiu no passado e acusou sem qualquer motivo o padrasto e atualmente esta arrependida e quer dizer a verdade (fl. 174).

Para o recorrente, a tese de negativa de autoria deve ser apreciada pelo simples fato de que, para a decretação da prisão preventiva, é imprescindível que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria delitiva (fl. 175).

Segundo a defesa técnica, o fato de se tratar de imputação de crime grave, com o implícito na decisão em mira, não possibilita, por si só, manter a decretação da prisão preventiva do paciente e, por conseguinte, negar-lhe a liberdade provisória (fl. 180).

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso para que seja revogada a prisão imposta ao recorrente, in verbis (fls. 184/186):

[...] Demonstrada a flagrante ofensa à liberdade de locomoção do paciente, encontra-se presente in casu o fumus boni iuris.

[...]

A - Seja decidido liminarmente em favor do RECORRENTE com a concessão da revogação da prisão e expedindo o competente alvará, confirmando-se a decisão posteriormente por acórdão;

B - Seja o presente Recurso Ordinário Constitucional conhecido e provido, para concessão da ordem de Habeas Corpus que o autos voltem ao juízo de piso e assim acolha o pedido de Ação de Justificação com fulcro no artigo 381 § 5º no Código de Processo Civil, para posterior ingresso em Revisão Criminal;

C - Requer, caso entenda de maneira diversa na liminar, a imposição das medidas alternativas à prisão, dispostas no artigo 319 do CPP cumuladas e quantas bastarem (prisão domiciliar, monitoramento eletrônico) até o julgamento de mérito do writ. No mérito, requer ainda a concessão da ordem,

determinando a revogação da prisão preventiva do RECORRENTE ou, alternativamente, tão somente a confirmação da medida liminar requerida, caso entenda de maneira diversa, com a imposição das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

[...]

É o relatório.

A pretensão recursal objetiva a revogação da prisão – decretada após o trânsito em julgado da sua condenação (art. 217-A do CP) –, ao argumento de ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Contravindo os argumentos recursais, a prisão decorrente do início da execução da pena **não** se confunde com a prisão preventiva. Esta possui natureza cautelar e deve ser decretada quando presentes os requisitos dos arts. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal, enquanto aquela decorre de condenação com trânsito em julgado, que é o caso dos autos (fls. 156/163).

Logo, com o esgotamento das instâncias ordinárias, o recorrente encontra-se, agora, em execução de sua pena, a superar, portanto, a discussão acerca da custódia cautelar anteriormente imposta.

Conforme se observa dos autos, o voto condutor do acórdão *a quo* explicitou que condenação do ora recorrente transitou em julgado, a prejudicar o conhecimento do *writ* lá impetrado (fls. 158/163):

[...] Inicialmente, conforme se infere da certidão de fls. 107 e das informações prestadas às fls. 25/26, verifico que a condenação do paciente transitou em julgado na data 06/09/2017. Assim, não há que se falar em negativa de autoria, ausência dos pressupostos autorizadores da segregação cautelar, cabimento de medidas cautelares diversas da prisão e presença de condições subjetivas favoráveis, razão pela qual, neste ponto, resta prejudicado o *writ*.

Lado outro, em que pese as ponderações trazidas na presente impetração, a pretensão almejada não deve ser conhecida, vez que não encontra respaldo jurídico a figurar como substituta da ação própria.

O art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, autoriza concessão de Habeas Corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

É, pois, instituto jurídico de magnitude constitucional, que se presta à defesa da liberdade de ir e vir. Não há de servir à panacéia universal de substituto recursal e de ações próprias, seja de processo em andamento, ainda pendente de sentença, seja, com menos razão, após a concepção desta, quando já transitada em julgado.

[...]

Dessa forma, já transitada em julgado a condenação do paciente, conforme ressaltado alhures (informações de fls. 25/26 e certidão de fls. 107) e tendo em vista a expressa previsão legal de ação própria para se requerer a justificação criminal, o presente writ não deve ser sequer conhecido.

Ademais, constata-se às fls. 132 que o d. Magistrado a quo devidamente justificou o indeferimento da justificação criminal, ao argumento de inexistência de fato hábil a ensejar o pleito.

[...]

Em exame perfunctório, não merece reforma o acórdão *a quo* ao considerar que *transitada em julgado a decisão que condenou o paciente, não há que se falar em negativa de autoria, ausência dos pressupostos autorizadores da prisão, cabimento de medidas cautelares diversas da prisão e presença de condições subjetivas favoráveis* (fls. 156/163).

Ao que se tem, o recurso não evidenciou a probabilidade do direito, elemento indispensável à concessão da tutela de urgência.

Então, não verifiquei tal probabilidade alegada na peça recursal, elemento indispensável à concessão da tutela de urgência.

Outrossim, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Diante disso, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau competente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

